

Democratização do Ensino Superior no Brasil

Flávia Temporim de Oliveira Lage¹

A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Democratizar o conhecimento é uma das maneiras de diminuir, também o domínio das elites.

No Brasil, dos jovens que concluem o ensino médio, apenas 11% desses conseguem chegar à universidade, sendo que a maioria deles vem da rede privada de ensino.

Em São Paulo, uma pesquisa realizada pela FUVEST, mostrou que 85 % das vagas na USP, UNESP e UNICAMP são ocupadas por alunos de escolas particulares; Enquanto os ricos têm todas as oportunidades de formação, os mais pobres têm poucas chances de um futuro melhor.

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No art. 2º define que a educação é dever da família e do Estado; no art 3º estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inc. I), a gestão democrática do ensino público (inc. VIII) e, entre outros, a garantia de padrão de qualidade (IX).

A educação infantil é a base, a pré-escola para as crianças de até 6 anos de idade e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos: físico, psicológico, intelectual e social. É, portanto de suma importância, embora corresponda ao setor que menos recebe investimentos do governo no Brasil.

Muitas crianças entram direto na 1ª série do ensino fundamental, sem ter recebido uma base preparatória, o que dificulta um aprendizado mais eficaz para o ingresso ao ensino médio e, posteriormente, ao ensino superior.

Com a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), muitas universidades passaram a utilizar as notas obtidas pelos alunos neste exame, para que estes pudessem ingressar na faculdade sem fazer o vestibular tradicional. Essa atitude ajudou a estimular os jovens a quererem cursar uma faculdade, tendo em vista que as “chances aumentaram”, porém muitas destas universidades são da rede privada e as universidades públicas designam um número de vagas muito baixo para esse tipo de ingresso.

Existem outros tipos de ingresso, como: as cotas para os negros, vagas para deficientes físicos, ou o tradicional vestibular e o programa do governo: PROUNI. Mas, entende-se que

¹ Texto apresentado à Profª. Ms. Sílvia Mota como exigência da disciplina Metodologia de Estudos Universitários, na Universidade Estácio de Sá. Aluna do 1º Período do Curso de Direito. Campus Cabo Frio. Rio de Janeiro, mar. 2007.

as cotas são mais um meio para tentar amenizar a exclusão do negro à sociedade assim como as vagas para deficientes e pessoas carentes.

Conquanto todos esses “métodos” sejam usados para que haja uma democratização justa do ensino brasileiro, deixa cada vez mais evidente as diferenças sociais existentes. Quando uma pessoa carente consegue ingressar em uma universidade privada através do PROUNI, da mensalidade estará livre, pois há uma “ajuda de custo” do governo, mas e o material, a condução, a alimentação e as vestimentas? Será que esse aluno conseguirá manter-se durante os 4 anos ou mais, dependendo de seu curso, pagando todo o resto que lhe falta? Bem, ou ele irá trabalhar e dividir seu tempo entre o estudo e o trabalho, podendo se prejudicar, pois para ter direito a essa ajuda do governo deverá manter uma frequência mínima e notas acima da média; ou trancará a matrícula do curso por não conseguir conciliar estudo e trabalho, passando a não mais ter como se manter durante a graduação. Infelizmente essa é, para muitos, uma realidade do país.

Nas universidades públicas o número de pessoas que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública são baixíssimos comparados aos de quem cursou em escolas da rede privada; sendo assim, muito mais fácil encontrar nestas universidades pessoas com uma renda familiar privilegiada do que pessoas com uma renda mínima.

Cada vez mais, as pessoas mais carentes ingressam em universidades privadas, pois as ofertas destas atraem esse público pelas “facilidades” colocadas à disposição do futuro estudante, fazendo assim, com que a homogeneização do ensino superior brasileiro fique mais difícil.